

SEXUALIDADE E OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL

SEXUALITY AND THE MENTAL RETARDADED

Hugues Costa de França RIBEIRO¹

RESUMO: O artigo apresenta uma reflexão sobre a questão da sexualidade em portadores de deficiência mental. Discorre sobre as dificuldades para que se possa aceitar o exercício da vida afetivo-sexual para esta população. Enfatiza a necessidade da oferta da educação/orientação sexual e destaca alguns pontos que podem dificultar tanto a aceitação da manifestações da sexualidade, quanto alguns entraves para que se possa colocar em prática programas de orientação sexual para portadores de deficiência mental. São investigados e discutidos dentro desta proposta: os mitos em relação a sexualidade, o desenvolvimento e a trajetória no terreno da sexualidade, a masturbação e a vida afetivo-sexual entre essas pessoas, questões críticas relacionadas à implantação de programas de orientação sexual, as conseqüências da aceitação ou repressão das manifestações da sexualidade sobre a vida e o ajustamento social e pessoal, além da apresentação de algumas sugestões para favorecer o aprendizado de comportamentos na área da sexualidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência mental; sexualidade; orientação sexual.

ABSTRACT: This article presents a reflection on sexuality in carriers of mental deficiency. It discusses the difficulties in accepting the exercise of a sexual-affective life for this population. It emphasizes the need for offering sexual education/orientation and highlights some points that can as make the acceptance of sexuality manifestation difficult as rise some obstacles to put into practice such programs for carriers of mental deficiency. We investigate and discuss through this proposition: the myths related to sexuality, the development and the trajectory of sexuality, the masturbation and the sexual-affective life among those people, critical questions related to the implementation of sexual orientation programs, the consequences of acceptance or repression of sexuality manifestations on life and social and personal adjustment. Besides we present some suggestions to support learning about behavior in the area of human sexuality.

KEY WORDS: Mental deficiency; sexual education; human sexuality.

1 Uma questão delicada

Antes de discutirmos o tema *sexualidade e portadores de deficiência mental*, faz-se necessário reconhecer o desânimo de muitos pais e profissionais que lidam com esta clientela, pois anseiam encontrar respostas para os problemas enfrentados durante o desenvolvimento da sexualidade dos filhos e/ ou alunos, através da freqüência à palestras, onde buscam, desesperadamente, soluções para problemas que lhes causam angústia e preocupação.

Não é pouco comum que, diante da ansiedade que costumam experimentar em relação ao assunto, tendam a buscar *fórmulas* de atuação, na

¹ Professor Assistente Doutor, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus de Marília e membro do Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade, CEPCoS, São Paulo, SP.

expectativa de conseguirem conduzir seu comportamento de tal forma, que ver-se-iam aliviados por estarem atuando da maneira mais adequada. Como se apenas o saber como atuar pudesse garantir livrarem-se da ansiedade e caminharem com tranqüilidade orientando sexualmente seus filhos e/ou alunos.

A questão que se coloca diante deste aspecto é de que se os pais não sabem como atuar, se lhes fossem dadas maiores informações sentir-se-iam mais tranqüilos e conseguiriam agir de maneira correta em determinadas situações? A princípio, o aumento das informações poderá causar, sem dúvida, melhores chances de atuação satisfatória de pais e profissionais que lidam diretamente com esta população.

No entanto, não parece ser tão simples encontrar a solução. Pois quando pais e profissionais defrontam-se com as manifestações da sexualidade de portadores de deficiência mental, ainda que tenham aprendido uma maneira de atuar diante de um dado comportamento, é muito difícil, para muitos deles, conseguirem colocá-la em prática, se o assunto sobre a qual tenham de atuar se apresentar vinculado à atitudes negativas, desenvolvidas no decorrer da vivência de aspectos de sua própria sexualidade.

Deste modo, a ansiedade na busca de aprender maneiras mais adequadas de atuar, não pode ser sanada apenas dando-se informações, mas sim incorporando-se o entrar em contato com estas atitudes e em que medida repercutem para dificultar o comportar-se de forma adequada.

Feitas essas considerações iniciais, partamos, então, a analisar o desenvolvimento da sexualidade e a questão da deficiência mental.

2 A necessidade da educação/orientação sexual para os portadores de deficiência mental

A tendência em se reivindicar para os deficientes um estilo de vida o mais integrado possível à comunidade, implica na necessidade de desenvolverem um amplo repertório de habilidades sociais (Bueno,1993; Ferreira,1993; Glat,1995) Nesse sentido, a área dos comportamentos afetivo-sexuais deveria também estar presente nos programas de Educação Especial, com as condutas nesta área devendo integrar os currículos para esta população.

Além do mais, no contato com pais e profissionais que atuam junto à clientela, tem-se observado uma descrença nas possibilidades de muitos deficientes mentais, sobretudo os de grau moderado, aprenderem comportamentos nesta área (França Ribeiro, 1995).

Por outro lado, alguns estudos têm mostrado que quando os coeficientes de inteligência (QIs) decrescem muito, como no caso dos deficientes mentais severos e profundos, isto é acompanhado pela não maturação sexual. Entretanto, a maioria dos deficientes mentais é do tipo leve e moderado e estes desenvolvem suas

características sexuais, demonstram interesse pela área, têm desejos e expectativas em relação as atividades afetivo-sexuais e muitos apresentam capacidade de reprodução.

2.1 Desenvolvimento de caracteres sexuais secundários

A maioria das pessoas com deficiência mental desenvolve os caracteres sexuais secundários, como já se enfatizou anteriormente; e necessitam de maior ajuda para entenderem as mudanças durante a puberdade e adolescência, bem como as emoções que as acompanham.

Isto não parece que tem sido levado em conta pela maioria das instituições atuantes junto à clientela deficiente mental. Em pesquisa realizada por França Ribeiro (1988), onde se obteve a resposta a um questionário por 38 instituições educacionais para deficientes mentais de grau moderado, no Estado de São Paulo; 84,21% não apresentavam programas de orientação sexual de forma sistematizada. As intervenções costumavam acontecer apenas em situações emergenciais e, geralmente, diante do aparecimento de um incidente nas dependências da escola ou por solicitação dos pais dos alunos, não havendo uma forma de atuação preventiva nesta área.

Fica evidente em relação aos resultados da pesquisa citada e por observações realizadas junto a estas instituições que, pelo menos, no Estado de São Paulo, carecemos de uma política clara em relação à questão da orientação sexual, entendida como a oferta de informações na área da sexualidade humana durante o início da puberdade e adolescência.

Os portadores de deficiência mental, mais até do que os adolescentes não-deficientes, necessitam de orientação neste sentido, para poderem adquirir complexas habilidades sociais, para um melhor relacionamento interpessoal. As dificuldades introduzidas pelo rebaixamento intelectual são acrescidas, sobremaneira, pelo fato de a maioria experimentar um estilo de vida segregado, onde carecem de oportunidades para se envolverem com outros grupos na comunidade, de modo que possam ter chances para o aprendizado de comportamentos na área da sexualidade humana.

A *educação inclusiva* como uma proposta política colocada em prática no Brasil nos últimos anos, não é uma realidade acessível a diferentes graus de deficiência mental, continuando a existir instituições segregadas para o atendimento de uma parte desta clientela. Logo, não se pode ter a garantia, pelo menos no momento atual, de que até ao alunos portadores de deficiência mental que freqüentam o ensino regular, receberão orientação sexual como sugere os Parâmetros Curriculares Nacionais (Secretaria de Educação Fundamental, 2000), através dos temas transversais, que inclui nesta área sugestões para o desenvolvimento de um programa de orientação sexual no contexto escolar.²

² - Para maiores esclarecimentos consultar a publicação Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, v. 10, 2000.

Pode-se acrescentar ainda, que outros fatores podem dificultar o aprendizado das condutas sexuais, fatores estes não presentes apenas entre os portadores de deficiência mental, mas compartilhados por todos os tipos de deficiências. Entre esses podemos citar: mobilidade limitada, falta de privacidade, etc.

Pode-se constatar que boa parte da aquisição de conhecimentos e experiências na área da sexualidade se dá de maneira privada, de forma calma, secreta e espontânea (Colle, 1988). Com os deficientes mentais, muitas vezes, essa ausência de privacidade pode ser intensificada, devido à assistência exagerada por parte dos pais ou responsáveis, que parece funcionar como forma de proteger o deficiente de danos emocionais passíveis de serem causados por uma sociedade considerada insensível à condição do filho portador de uma deficiência..

Por outro lado, pesquisas feitas em países do primeiro mundo e uma realizada no Brasil nos mostram que as atitudes e valores desenvolvidos pelos portadores de deficiência mental no terreno da sexualidade, são bastante conservadoras, ficando claro que a população portadora de deficiência mental constitui um grupo *sexualmente oprimido* (Hall, Morris e Baker, 1973; Koegel & Whitlemore, 1983; Glat & Freitas, 1996)

A educação, geralmente, ministrada a essas pessoas, faz com que enxerguem as expressões de seus desejos e comportamentos sexuais como negativos, excessivos e chocantes.

No Brasil ainda não dispomos de pesquisas que nos demonstrem como são orientados instruídos sexualmente os portadores de deficiência mental. Porém, esta situação pode ser atestada pelos resultados de uma das poucas pesquisas realizadas sobre a questão por Glat, Oliveira & Lededeff (1992). Ao pesquisarem 53 deficientes mentais, com idades variando de 14 à 51 anos, que freqüentavam uma instituição educacional segregada, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, para o atendimento da clientela deficiente mental, encontraram que 75% não sabiam o que era, propriamente, uma relação sexual; 51% não sabiam como uma mulher engravidava, 63% não sabiam como evitar filhos, 45% não sabiam como nascem os bebês e 67% possuíam informações precárias sobre doenças sexualmente transmissíveis

3 Fatores dificultadores para se lidar com a questão da sexualidade em portadores de deficiência mental

A idéia de que o portador de deficiência mental possa ter desejos sexuais é algo incômodo para muitas pessoas, chegando mesmo a ser, repugnante, para alguns.

Por outro lado, muitas das pessoas que lidam com a população deficiente mental, esquecem-se de que a sexualidade não se restringe à atividade genital, podendo ser considerada como a mais íntima forma de manifestação de vida; é o desejo de amar e ser amado. Qual de nós portadores de deficiências ou não poderíamos viver plenamente sem esta possibilidade?

Alguns mitos que ainda permanecem em relação à sexualidade dos portadores de deficiências, são criados por uma sociedade que insiste em visualizar as limitações e não as capacidades das pessoas deficientes (Colle, 1988).

3.1 Os mitos

Existe ainda a crença de que os deficientes mentais são seres assexuados. Tal mito surge pelo fato de não se acreditar que os deficientes mentais possam ter os mesmos desejos e capacidades dos não-deficientes nesta área.

A visão dos deficientes mentais como eternas crianças é uma atitude característica da repressão e negação da sexualidade impostas a estas pessoas (Pinel, 1993). No entanto, muitos dos pais e profissionais que lidam com esta população não têm consciência de estarem atuando dessa forma.

A pesquisa realizada por Giami & D'Allones (1984) mostrou a diferença entre as representações que pais e educadores faziam da sexualidade de portadores de deficiência mental. Os pais representavam seus filhos no terreno da sexualidade como se fossem *anjos*, enquanto os educadores os enxergavam como *feras*. Estes tipos de representações podem facilitar a legitimação dos comportamentos dos deficientes com base em observações contaminadas por estas representações. Sem contar com o fato de que essas duas formas tão díspares de representar a sexualidade dos deficientes mentais, poderem dificultar, sobremaneira, a comunicação entre esses dois grupos, quando pensamos no planejamento de programas de orientação sexual, que possam ser implementados junto à esta população.

Entretanto, parece que este padrão de representações, principalmente, no que diz respeito a visão dos pais, vem sofrendo alguma modificação. Em pesquisa desenvolvida junto a pais de adolescentes deficientes mentais, França Ribeiro (1995) encontrou vários pais que admitiam a presença do interesse e das manifestações da sexualidade em seus filhos, apesar de se dizerem confusos e desorientados quanto à forma de lidar com tais manifestações.

Parece que uma das maiores dificuldades, em nossa sociedade, quanto à aceitação de vida sexual para a população deficiente mental, é que muitos ainda continuam atrelando a questão da sexualidade à reprodução, por influencia marcante das religiões (França Ribeiro, 1995).

Esquecem-se de que a sexualidade não tem apenas um componente biológico, mas incorpora o sexo erótico, criativo, que visa, simplesmente, a busca do prazer. De um modo geral, o sexo para fins procriativos é amplamente aceito, enquanto o recreativo depende das circunstâncias. Porém, para os deficientes mentais, a tendência marcadamente manifesta é a negação quase que completa do sexo recreativo.

A confusão e os conflitos em relação ao manejo da sexualidade dos filhos entre os pais de portadores de deficiência mental são fortes, que apesar de muitos

aceitarem as manifestações da sexualidade destes durante a adolescência, relatam o desejo de que gostariam que seus filhos nunca manifestassem comportamentos sexuais (FRANÇA RIBEIRO, 1995).

Parece que a orientação dada aos pais, no sentido de lidarem com as manifestações da sexualidade dos filhos, não lhes propicia condições para uma atualização e discussão de seus conflitos e medos nesse terreno. Os pais precisam ser ajudados a elaborarem algumas questões. Deve existir um espaço onde possam não só receber informações como também manifestar suas angústias e dúvidas.

Por outro lado, em pesquisa realizada por França Ribeiro (1995) junto a pais de portadores de deficiência mental, já anteriormente citada, observou-se que a orientação familiar que, possivelmente teria ajudado esses pais, a lidarem com vários aspectos da vida de seus filhos, parece não ter cumprido sua função, pois muitos conflitos que poderiam ter sido anteriormente elaborados, parecem não terem sido elucidados e, agora, são retomados de forma intensa durante o período da adolescência dos filhos.

Possivelmente, esses pais devem ter recebido muitas orientações, porém, sempre visando diretamente o filho, sem que se tenha dado atenção devida aos problemas surgidos e latentes quando na condição de pais que tiveram de enfrentar o nascimento, educação e os desdobramentos futuros de ter um filho com deficiência mental.

Neste ponto, cabe comentar como aponta França Ribeiro (1995) que foram encontrados pais que chegaram a explicitar que seus filhos deficientes mentais poderiam privar-se de suas vidas sexuais, como o fazem padres, freiras e adeptos de algumas seitas orientais; quando a realização espiritual poderia compensar a necessidade de satisfação sexual. Essa é, sem dúvida, uma espécie de defesa elaborada pelos pais, para que não tenham de experimentar a ansiedade diante da possibilidade de uma vida sexual para os filhos. Por outro lado, esquecem-se de levar em conta que todas as pessoas que optaram por este tipo de vida celibatária, o fizeram por vontade própria, não lhes sendo imposta, por terceiros, tal tipo de privação no terreno sexual.

Ainda se faz necessário esclarecer, que ao falarmos em vida afetivo-sexual para portadores de deficiência mental, não significa precisarmos estabelecer que todos os deficientes mentais devam mostrar interesse em manter relações sexuais. Muitos deficientes podem manifestar a necessidade de outras formas de exercício de sua sexualidade. Alguns podem apenas querer namorar, trocar intimidades, beijarem-se, usufruir do prazer de compartilhar sua vida com um outra pessoa, que pode ser valorizada pelo aspecto da companhia e da amizade. Estas possibilidades não devem desconsiderar o fato que muitos portadores de deficiência mental podem desejar uma vida afetivo-sexual que incorpore relações sexuais, devendo ser preparados para a exercício de tais atividades.

Um outro mito, que parece dificultar a orientação sexual, é a crença de que os deficientes mentais são hipersexuados no período da adolescência e fase adulta.

Este tipo de mito pode conduzir pais e profissionais que lidam com esta população, a temerem que a obtenção de informação sexual poderá implicar numa conduta sexualmente promíscua. Isto faz com que muitas pessoas não percebam que as condutas inadequadas que podem surgir no terreno da sexualidade, podem aparecer, muito mais, em função da falta de oportunidades para o aprendizado de tais condutas, pelo fato de levarem uma vida isolada do contato com outros grupos da sociedade, da segregação dos sexos e da ignorância sobre a sexualidade, do que pelo nível de incapacidade intelectual que possam apresentar.

Por outro lado, pode-se notar que uma fixação compulsiva em comportamentos sexuais por parte dos deficientes mentais poderia acontecer, não em função de sua deficiência propriamente dita, mas pelo fato de não encontrarem atividades sociais, nas quais possam obter prazer. Este tipo de fixação parece não ocorrer apenas na vida de adolescentes deficientes mentais, podendo também ser observada em adolescentes não-deficientes que, diante de situações de conflito, podem apresentar distúrbios na conduta sexual, para sinalizar dificuldades que foram ou estão sendo vivenciadas em outras áreas.

Parece que esta tendência de representar os adolescentes deficientes mentais como hipersexuados, pode advir do fato de muitas pessoas poderem projetar nos deficientes mentais sua sexualidade reprimida, o que poderia justificar aspectos da repressão sexual que podem exercer sobre esta população, na medida em que pode causar incômodo presenciar nesses indivíduos a possibilidade de expressão mais livre do impulso sexual, numa espécie de “vingança”, não conscientemente ditada, contra sua própria repressão sexual.

O terceiro mito difundido é de que os deficientes mentais apresentam um comportamento “viscoso” ou “pegajoso”, que muitos podem interpretar como uma pessoa que não sabe medir a distância, que se caracteriza pelo comportamento impulsivo (ADAM, 1987). Isto parece não ser verdadeiro. O que acontece é que muitos deficientes limitados em sua capacidade de expressão verbal (já que podem apresentar a ausência parcial ou total da fala), utilizam-se de carícias e contatos físicos, como forma de tentar expressar algo, quando lhes faltam conceitos e palavras.

Neste aspecto, também parece evidenciar-se outro problema crítico. Como aponta Pinel (1993), muitos pais ao educarem seus filhos deficientes mentais podem reforçar nos filhos excessivas manifestações afetivas indiscriminadas para com as pessoas, pois esta poderia ser uma forma de tentar anular a suposta hostilidade que possa existir do ambiente em relação aos filhos. Entretanto, o reforço de tal tipo de comportamento pode ser bastante desadaptativo, se pretendemos integrar socialmente os portadores de deficiência mental.

4 O que costuma acontecer com os deficientes mentais no terreno da sexualidade

Desde cedo, muitos deficientes mentais tendem a ser privados do acesso aos prazeres do corpo, do livre manifestar do impulso sexual. Desse modo, podem

não compreender o que lhes acontece, além de lhes faltarem situações para aprenderem a adequar suas condutas sexuais as exigências sociais, o que pode ser ainda mais dificultado pela ausência de um diálogo esclarecedor com pais e educadores que, muitas vezes, representam a sexualidade dos deficientes mentais de maneira bastante diferente (*anjos versus feras*).

Os pais, geralmente, costumam buscar explicações para justificar a repressão sexual imposta aos filhos deficientes mentais. Uma das justificativas encontradas para defendê-la é a de que de nada adiantaria levar os deficientes mentais de nível moderado a compreenderem e assimilarem questões na área da sexualidade humana, pois não conseguiriam. Parece que os que argumentam desta forma, esquecem-se de que os deficientes mentais são capazes de entender sobre a sexualidade mais do que poderíamos imaginar, quando submetidos à educação sexual, desenvolvida em compatibilidade com suas limitações intelectuais.

O que assistimos ainda em termos de Brasil, é uma atitude negativa nas possibilidades de aprendizagem, apenas com base nos *rótulos* dados a muitos portadores de deficiência mental. No entanto, um exemplo pode atestar a falta de oportunidades e o uso de técnicas educacionais ineficazes, para o aprendizado de vários comportamentos, como um dos pontos mais evidentes nas dificuldades para a aquisição de conhecimentos e condutas socialmente adequadas. Esse exemplo seria do grupo de alunos portadores da Síndrome de Down.

Esse grupo de pessoas desacreditadas que, durante anos, foram enxergadas como indivíduos que seriam no máximo *treináveis* (um tipo de classificação pedagógica dada aos deficientes mentais, que inviabilizaria maiores conquistas na área acadêmica) vêm, como resultado dos programas de estimulação precoce e do aperfeiçoamento das técnicas de aprendizagem, além de políticas educacionais não segregacionistas, apresentando conquistas que antes eram inimagináveis, como a alfabetização, contrariando os prognósticos realizados a partir desta classificação.

Em minha experiência específica junto à população deficiente mental e na revisão da literatura sobre suas conquistas, tem-se verificado o quanto são capazes de saber sobre os papéis sexuais, sobre a vida em família, sobre as questões envolvidas no casamento, etc. No entanto, faz-se necessário para tal, que pais e educadores os ajudem a elaborar melhor certos conceitos, na aprendizagem de comportamentos adequados para as manifestações da sexualidade, usando situações e exemplos acessíveis ao nível de desenvolvimento cognitivo em que se encontram.

Não se justifica insistir na negação de desejos almejados pelos portadores de deficiência mental, sem nenhuma tentativa de dar explicações do porquê de determinados impedimentos. Por exemplo, na questão do casamento, que costuma ser abordada por muitos portadores de deficiência mental, como algo que gostariam que pudesse acontecer em suas vidas. É preciso tentar tornar acessíveis para eles, a compreensão dos compromissos e pré-requisitos para que duas pessoas possam pleitear este tipo de vínculo em suas vidas.

Outro ponto que também deve ser enfatizado, é o fato de muitos pais terem a tendência de reforçar a manutenção para os filhos deficientes mentais da imagem da eterna criança. Esta tendência distorce a visão das necessidades reais dos filhos, alimentando sua dependência e insegurança. A pessoa deficiente mental acaba se acomodando, por não ser estimulada a continuar crescendo, pelo bloqueio de seu desenvolvimento psico-sexual.

Na passagem da infância para a adolescência tem-se observado muitos pais que, diante das incertezas quanto ao fato da filha tornar-se sexualmente atraente (despertando a atenção dos rapazes), continuam a infantilizá-la. É comum observarmos moças adolescentes tratadas pelos pais como *lindinha, minha menina*, conduzindo a baixas expectativas da possibilidade da moça ir organizando sua identidade adulta, o que poderá contribuir para uma inadequada imagem corporal e um rebaixado autoconceito. Dessa forma, não se favorece à deficiente mental que aprenda a se comportar como mulher (COLLE,1988; FRANÇA RIBEIRO,1995).

Pode-se afirmar que se existe uma repressão à sexualidade dos rapazes, esta repressão é muito mais acentuada entre as moças, notória marca de muitas culturas. Ao entrevistar pais de moças deficientes mentais, França Ribeiro (1995) encontrou até mesmo a negação de que estas pudessem obter prazer sexual através da masturbação, durante a adolescência. Este tipo de atitude não era atributo apenas dos pais, também sendo encontrada entre os educadores que lidavam com esta clientela.

A exploração e a experimentação tão essenciais para o desenvolvimento erótico-afetivo, parecem ser tolhidas aos portadores de deficiência mental. É como se por serem portadores de uma deficiência, não tivessem que aprender a conhecer as sensações sexuais produzidas em seu corpo, aprender a flertar, a namorar etc. Não lhes é permitido experimentar e compreender a emergência de sua própria sexualidade, como o fazem os não-deficientes, sendo que esta questão é ainda mais crítica em relação às moças.

Esta ausência de oportunidades para o exercício de sua sexualidade, é ainda agravada pelo fato de muitos deficientes não terem o direito à privacidade, de oportunidades para participar de atividades em grupo de forma livre (sem a observação constante de pais e educadores), de estabelecer relacionamentos etc.

Quanto mais oportunidades os seres humanos têm de explorar e compreender sua própria sexualidade, maiores responsabilidades podem resultar dessas oportunidades. Visto que maiores serão as chances de elaborarem as vivências relativas à sua sexualidade, bem como existirão mais oportunidades para poderem receber *feedbacks* sobre a adequação de suas condutas na área.

É comum ouvir-se o argumento de que as atividades sexuais devem ser negadas aos deficientes mentais, porque não teriam responsabilidade para exercê-las. Kempton, no longínquo ano de 1972, portanto há mais de vinte anos, já chamava a atenção para o fato de que se nega aos deficientes o exercício de sua sexualidade,

com base na ausência de responsabilidade, mas não se pergunta se tiveram oportunidade de aprender o que constitui ser responsável neste terreno.

Uma outra barreira para que os deficientes possam admitir a possibilidade de sentir desejo, de receber e propiciar prazer, está associada à forma de conceberem sua imagem corporal. Como aponta Colle (1988), a sociedade de consumo nos impõe a idéia de que apenas os belos, jovens, magros e que se enquadrem nos padrões da tirania da estética, têm direito a uma vida sexual. As pessoas acabam por criar problemas ilusórios, pelo distanciamento dos padrões de perfeição estética, que atrapalham a busca da felicidade.

Homens e mulheres portadores de deficiências são encorajados a serem indefesos, pouco assertivos, passivos, dependentes e repletos de sentimentos de culpa por não se enquadrarem nos padrões de estética veiculados pela sociedade de consumo, onde a aparência física acaba por ser tratada como valor fundamental para se poder almejar satisfação afetivo-sexual.

Outra questão digna de destaque, é a dificuldade de alguns deficientes em assumirem sua masculinidade ou feminilidade, a partir da percepção de sua identidade sexual e dos estímulos sociais. Os deficientes acabam por terem dificuldades de aprender a sentir o que é ser homem ou mulher, já que isto não dependerá apenas de fatores biológicos, mas do que assimilamos na convivência social.

Nesse sentido, os deficientes mentais levam nítida desvantagem quando comparados aos não-deficientes. Pois as informações necessárias para se elaborar as funções de gênero são adquiridas, primeiramente, durante as brincadeiras na infância. Entretanto, a segregação a que muitos deles ainda são submetidos, faz com que aprendam os papéis sexuais de forma deturpada e pouco precisa.

Outra questão crítica é a ameaça da vulnerabilidade dos deficientes à exploração sexual. O medo que se tem de lidar com a sexualidade dos deficientes e a falta de informação nesta área, faz com que não os ensinemos a decodificar os sinais de perigo que possam antecipar este tipo de situação. Geralmente, reforça-se nos deficientes mentais o excesso de gentileza com a intenção de aumentar as possibilidades de aceitação social, acabando-se por não lhes ensinar a dizer *não*, deixando aberto o caminho para as mais variadas formas de exploração afetiva (PINEL, 1993).

Cabe também acrescentar que os jogos sexuais não aparecem apenas na infância, sendo intensificados durante a puberdade/adolescência. Adolescentes podem se reunir em grupos de mesmo sexo, onde são comuns as masturbações coletivas, as disputas sobre a comparação do tamanho de seus genitais ou dos seios, no caso das meninas. Todos esses “jogos sexuais” fazem parte do desenvolvimento sadio da personalidade (GHERPELLI, 1995).

Ao entrevistar pais de adolescentes deficientes mentais do sexo masculino, França Ribeiro (1995) detectou prejuízos nestas atividades para os deficientes mentais com base na privação deste tipo de experiência na adolescência. Alguns pais

entrevistados limitavam o contato de seus filhos adolescentes com outros não-deficientes, com medo de que seus filhos pudessem ser explorados sexualmente.

Outro fator que se torna uma ameaça para os pais admitirem vida sexual para os filhos é a perspectiva de uma gravidez. França Ribeiro (1995) observou que alguns dos pais entrevistados em pesquisa realizada junto a uma instituição para educação da clientela deficiente mental “treinável”, além de apresentarem os argumentos que costumam aparecer para inviabilizar a vida sexual dos deficientes mentais, introduziram um novo argumento digno de nota.

De forma bastante corajosa, alguns desses pais, vencendo algumas barreiras de *dedicação* sublime impostas aos pais de portadores de deficiência mental, argumentaram que uma gravidez para as filhas teria grande possibilidade de gerar um outro ser deficiente mental, cujos pais não teriam condições de criá-los, sendo que tal atribuição acabaria recaindo sobre os avós. Desse modo, consideram que no que diz respeito à educação do filho deficiente tiveram que abrir mão de uma série de realizações pessoais, e que agora que os filhos já se encontram um pouco mais independentes, não estariam dispostos a ter que, mais uma vez, ficarem privados de suas realizações pessoais para cuidarem dos netos.

Apesar de considerar-se essa atitude bastante positiva, pois leva em conta a situação dos pais, chamamos a atenção para o fato de que este tipo de exigência parece não ser levada em conta quando analisamos o que costuma acontecer as pessoas não-deficientes. Antes de se liberar o exercício da vida afetivo-sexual para os indivíduos não deficientes, não se destaca a necessidade de verificar se seriam ou não capazes de cuidar de seus futuros filhos. Apesar de não possuímos estatísticas nesse sentido no âmbito nacional, todos costumamos, com frequência, entrar em contato com várias situações onde pais não-deficientes deixaram a criação de seus filhos aos encargos dos avós.

Para finalizar este item, deve-se constatar que os pais e até os profissionais que atuam junto à clientela deficiente mental, não se encontram preparados para lidar com as manifestações da sexualidade dos filhos/alunos. A situação parece se complicar mediante a tendência de se pleitear que os deficientes tenham uma vida a menos segregada possível, integrados em todos os aspectos à vida comunitária. Nesse sentido, os comportamentos na área da sexualidade deverão também ser educados com vistas a uma integração com chances mínimas de sucesso.

5 A masturbação e a vida afetivo-sexual

A masturbação é uma questão que preocupa os familiares de portadores de deficiência mental, sendo falsa a idéia de que os deficientes mentais são masturbadores compulsivos em função de sua deficiência mental propriamente dita. O que parece acontecer é que, geralmente, têm dificuldades e não são ensinados a distinguir os locais em que podem satisfazer suas necessidades sexuais e quando podem realizá-las.

Por outro lado, pode acontecer de ficarem fixados à masturbação como forma de obtenção de prazer, pela ausência de situações interessantes e prazerosas que possam ser experimentadas em sua vida cotidiana. Nesse caso, não seria a deficiência em si a gerar essa tendência, mas a impossibilidade do ambiente oferecer situações que possam conduzir a satisfações mínimas em suas vidas.

Nas entrevistas realizadas com pais de adolescentes deficientes mentais, França Ribeiro (1995) encontrou muita preocupação dos pais quanto à frequência da masturbação dos filhos, caso esta fosse deixada a critério dos mesmos, ficando clara a tendência, ainda, de se enfatizar o caráter prejudicial desta prática, como realçava a Medicina do século XIX.

É interessante verificar que no âmbito do aprendizado dos comportamentos afetivo-sexuais, verificou-se entre os pais uma tendência de negarem as possibilidades que seus filhos teriam para aprender tais condutas. Ainda parece muito forte a influência da visão da deficiência mental como uma *condição médica incapacitadora*, em contraste com a ênfase no *modelo social*, que passa a atribuir maior relevância a maneira como as pessoas são levadas a acreditar nas suas capacidades e no papel social que lhes cabe exercer (MERCER, 1973). Muitos pais entrevistados, apresentavam expectativas negativas sobre as condições de aprendizagem dos filhos em inúmeras áreas, aí incluída a sexual e a questão do manejo da situação de masturbação (FRANÇA RIBEIRO, 1995).

Outra fonte de angústia para os pais e para os profissionais que atuam junto a esta clientela, é a possibilidade de relações sexuais para os portadores de deficiência mental. Pois se o deficiente se utiliza da masturbação, acreditam que as relações sexuais serão o próximo passo, algo inevitável.

Muitos adolescentes deficientes mentais do sexo masculino podem ser empurrados para as relações sexuais pela pressão dos pais, de forma prematura, sem demonstrarem grande interesse por este tipo de contato. Isto pode acontecer em função da idéia de que a masturbação é substituta do coito ou mesmo pela incerteza da masculinidade do filho que vai ser colocada à prova.

Por outro lado, isto não significa que muitos deficientes mentais não possam pleitear o acesso às relações sexuais. Porém, como aponta França Ribeiro (1995), a questão se complica em função do modo como os pais encaram a possibilidade da iniciação sexual dos filhos através de contatos com profissionais do sexo, bem como da continuidade desses contatos quando se tornam rotineiros.

Quanto à iniciação queixam-se de que apesar de as profissionais do sexo poderem garantir a satisfação das necessidades sexuais, não permitem a possibilidade de uma junção da satisfação afetiva e sexual. Apesar desta desvantagem apontada, para parte dos adolescentes portadores de deficiência mental não é permitido o desenvolvimento de relações de intimidade com seus pares, que normalmente implicam em relações sexuais, como o fazem os casais de namorados não-deficientes nos dias atuais.

Em relação à rotina de contatos com as profissionais do sexo, os pais alegaram muita dificuldade referente ao estabelecimento de critérios para as idas às *casas de massagem*. Consideravam que quando a rotina se instalasse, os filhos solicitariam tais encontros com muita frequência e que, nem sempre, os pais estariam disponíveis para acompanhá-los quando manifestassem desejos sexuais (FRANÇA RIBEIRO, 1995).

Neste caso, parece ficar clara a resistência dos pais para que os filhos mantivessem contatos sexuais, diante de todos os perigos na época atual, com o aumento da disseminação das doenças sexualmente transmissíveis e sobretudo a AIDS. No entanto, para muitos dos deficientes estes contatos são desejados e trazem grandes benefícios para sua saúde física e mental. Desse modo, talvez não fosse tão difícil estabelecer acordos com os filhos e planejar uma escala de idas às profissionais do sexo. Essa resistência mascara uma tendência de representar a presença de relações sexuais na vida dos filhos, como uma situação que possa sinalizar a perda de controle por parte dos pais (pela força evidente do impulso sexual), travestida da racionalização de que estes não conseguiriam submeter-se a uma rotina de encontros sexuais.

Diante das considerações feitas acima, é preciso deixar claro que quando admitimos as relações sexuais como prática na vida dos deficientes mentais, devemos ter a certeza de que eles, realmente, as desejam. Por outro lado, os deficientes mentais do sexo masculino não podem ser empurrados para a vida sexual por pressões dos familiares, que podem, em algumas situações, forçar este tipo de contato na tentativa de se acercar sobre a masculinidade do filho. É também importante avaliar se estão preparados para as conseqüências e se foram treinados para a realização do *sexo seguro*.

Outra questão das mais polêmicas, diz respeito ao acesso ao casamento para portadores de deficiência mental. Muitos deficientes, em determinada época de suas vidas, manifestam tal desejo, o que não poderia ser diferente, pois assimilam as aspirações afetivo-sexuais, exatamente, como o fazem os não-deficientes, influenciados pelas mensagens veiculadas socialmente sobre o que desejar, como e para que finalidades.

Causa surpresa encontrar em algumas publicações da década de 80, orientações no sentido de educar o deficiente mental dentro da visão de que nem todas as pessoas necessitam se casarem para serem felizes (LIPP, 1981). Parece que as pessoas se esquecem de que vivemos numa sociedade onde os meios de comunicação de massa, nos bombardeiam com mensagens do tipo: tenha um companheiro, case, construa uma família, tenha filhos etc. Este tipo de orientação passa por cima do direito fundamental do deficiente mental manifestar, sem pressões, como se sente diante desta questão.

Isto não quer dizer que estaríamos defendendo de forma irrestrita o casamento para portadores de deficiência mental. Porém, nos parece necessário dar ao tema uma abordagem mais humanista. É claro que as barreiras para que um deficiente possa lidar, com sucesso, com a situação de casamento são evidentes, no

entanto, fatores como o nível da deficiência, o apoio que a família pode dar ao casal, os recursos comunitários disponíveis para ajudá-los em suas dificuldades no manejo da vida familiar, podem ser apontados como elementos que predisporiam ao sucesso na vida matrimonial (MATTINSON, 1975).

Parece que a postura mais adequada seria realizar um estudo cuidadoso de cada caso, analisando, de forma criteriosa, as reais possibilidades de se antever a probabilidade de sucesso, para a proposta de um casamento para portadores de deficiência mental.

6 Algumas questões críticas relativas à implantação de programas de orientação sexual

6.1 A quem cabe à orientação sexual? À escola ou à família?

Defende-se que deve ser responsabilidade das duas partes, articulando-se num esforço conjunto para favorecer uma intervenção esclarecedora e, se possível, sem grandes contradições.

No entanto é a família quem, realmente, conduz a tarefa principal, pois o rapaz ou a moça na fase da adolescência, já traz consigo atitudes e valores no terreno da sexualidade adquiridos durante a infância. Por outro lado, parece que grande parte dos pais mostra dificuldade e desinformação ao lidar com a área da sexualidade humana envolvida na educação dos filhos.

Em função disso, o papel da escola parece vital na tarefa de ajudar esses pais com dificuldades, na orientação sexual dos filhos. A situação torna-se ainda mais premente porque os deficientes mentais têm poucas oportunidades para a obtenção de informação neste terreno através de seus pares não-deficientes. Não tendo, muitas vezes, a quem recorrer, em função do esquema de segregação social em que vivem muitos deles, acabam podendo contar apenas com a escola, a família e a televisão. Esta última, nem sempre veicula informações na área da sexualidade, que sejam caracterizadas por atitudes saudáveis e não preconceituosas.

6.2 Aceitação ou repressão às manifestações da sexualidade?

A sexualidade não pode ser negada para qualquer ser humano, seja ele deficiente ou não. Ela é parte importante do desenvolvimento da personalidade, que ao se estruturar de forma sadia, deve incluir a consciência de seu próprio sexo.

É importante para a saúde mental das pessoas portadoras de deficiências sentirem-se como homens e como mulheres, passo fundamental para que possam aprender as funções de gênero, levando ao conhecimento dos atributos e características de cada sexo.

Dentro desta perspectiva, os pais e profissionais que lidam com esta clientela devem ser esclarecidos, de que no âmbito da educação sexual, nunca é cedo para se dar informações, já que o nível intelectual e emocional da criança só absorverá o que for capaz.

Ao responder as questões no terreno da sexualidade propostas pelos filhos ou alunos, devemos evitar dar explicações complicadas, pois o adolescente pode retornar à questão quando necessitar, e ir, aos poucos, aumentando seu nível de conhecimento sobre determinado assunto. Um bom critério para avaliar a adequação da resposta dada pelo adulto, é ficar atento se esta é capaz de satisfazer o adolescente.

Quando a situação permitir, evite explicações demasiado abstratas. Use e abuse da utilização de material concreto, estimule o adolescente a participar de experiências onde tenha que dramatizar situações, manipular materiais etc.

7 Algumas sugestões para favorecer o aprendizado de condutas na área da sexualidade

As escolas deveriam promover oportunidades para que os professores e os pais possam entrar em contato com suas atitudes e valores na área da sexualidade humana, além de estabelecer um canal para o fornecimento de informações neste terreno.

A programação de orientação sexual que será desenvolvida junto aos adolescentes deverá ser antecedida, por uma atuação juntos aos pais e aos profissionais da escola que atuam diretamente junto à clientela. É neste momento que deverá se criar condições para que pais e profissionais entrem em contato com suas atitudes e valores na área da sexualidade humana, permitindo uma reflexão sobre a influência dessas atitudes na maneira pela qual conduzem e interferem na sexualidade dos filhos/alunos.

Este espaço também deve ser utilizado para fornecer informações aos pais, tornando-lhes acessíveis materiais que possam ampliar seus conhecimentos na área.

Outra função importante da escola seria planejar em suas atividades sociais, a promoção de festas, de bailes, onde os adolescentes pudessem exercitar todas as formas de aproximações afetivas.

A escola e os familiares deveriam incentivar as amizades, as paqueras, os namoros, pois a adequação desses comportamentos, é aprendida através de sua prática durante o processo de socialização. O adolescente deficiente mental necessita de oportunidades para vivenciar tais experiências e delas tirar proveito, para a aprendizagem de comportamentos na área da sexualidade humana.

Outro ponto importante, é que devemos ajudar o adolescente deficiente mental a reagir apropriadamente diante de amigos, estranhos, companheiros e namoradas/namorados, pois a ausência de sinalização sobre os limites dentro de cada

tipo de ligação afetiva, pode levar ao desenvolvimento inadequado de formas de se comportar incompatíveis com o tipo de vínculo que se estabelece entre os deficientes e as demais pessoas.

Os pais devem ser alertados para que no início da puberdade, evitem o excesso de proteção dos filhos portadores de deficiência mental. Este tipo de proteção excessiva poderá significar um certa tranqüilidade para os responsáveis, no entanto, poderá privar o adolescente de oportunidades para o aprendizado de condutas na área da sexualidade.

Diante da necessidade de muitos adolescentes deficientes mentais trazerem, constantemente, em seus discursos a aspiração para o vínculo do casamento, novamente enfatiza-se, que pais e professores devem ajudar os deficientes a entenderem as responsabilidades que implicam o casamento, discutir o aspecto prático da criação dos bebês, os cuidados necessários, as responsabilidades emocionais, as responsabilidades na constituição de uma família, além de aspectos financeiros e econômicos implicados neste tipo de ligação afetiva.

Para finalizar, gostaria de esclarecer que é preciso, cada vez mais, ouvir os deficientes, prestar muita atenção ao que têm a nos dizer sobre aspectos de suas vidas afetivo-sexuais, suas aspirações, desejos e como gostariam de ser tratados diante de determinados aspectos. Só desta forma poderemos diminuir a onipotência daqueles que, trabalhando com esta população podem, sem que o percebam, acharem-se com o direito em decidir, sempre, o que é melhor para eles, abrindo espaço para que possamos respeitá-los em suas aspirações, ouvir suas argumentações e ajudá-los a se sentirem mais felizes.

Referências Bibliográficas

ADAM, H. Educação sexual na Alemanha. *Revista Vivência: Fundação Catarinense de Educação Especial*, v 2, p. 24-31, 1987

BUENO, J.G.S. *Educação especial brasileira*. Integração/segregação do aluno deficiente. São Paulo: EDUC, 1993.

COLLE, S.S. Women, sexuality and disabilities. *Women and Therapy*, v. 3, n. 2, p. 247-298, 1988.

FERREIRA, J. R. *A exclusão das diferenças*. Piracicaba: UNIMEP, 1993.

FRANÇA RIBEIRO, H. C. de. *Atitudes e informações diante de temas relacionados à sexualidade humana em professores regentes de classes especiais para deficientes mentais do Estado de São Paulo*. Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus de Marília, 1988. (mimeo).

_____. *Orientação sexual e deficiência mental: estudos acerca da Implementação de uma programação*. 1995, 406 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GHERPELLI, M. H. B. V. *Diferente mas não desigual. A sexualidade no deficiente mental*. São Paulo, Gente, 1995.

- GIAMI, A. ; D'ALLONES, C. R. O anjo e a fera: as representações da sexualidade dos deficientes pelos pais e educadores. In: D'ÁVILLA NETO, M. I. (Org.). *A Negação da deficiência: a instituição da diversidade*. Rio de Janeiro, Achiamé Locus, 1984.
- GLAT, R.; & FREITAS, R. C. de. *Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- GLAT, R. *Questões atuais em educação especial. A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.
- GLAT, R.; OLIVEIRA, N. M. P. ; LEBEDEFF, T. B. *Orientação sexual para pessoas portadoras de deficiência mental: um programa realizado em função de sua demanda pessoal*. CICLO DE ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA MENTAL, 7, 1992. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Ufscar, 1992.
- HALL, J.E.; MORRIS, H. L.; BAKER, H. R. Sexual knowledge and attitudes of mentally retarded adolescents. *American Journal of mental Deficiency*, v. 77, n. 6, p. 706-709, 1973.
- KEMPTON, W. *Guidelines for planning a training course on human sexuality and the handicapped*. Philadelphia, Planned Parenthood Association for South Eastern Pennsylvania, 1972.
- KOEGEL, P. ; WHITLEMORE, R.D. Sexuality in the ongoing lives of mildly retarded adults. Ch. 10 In: CRAFT. A.; CRAFT, M. (Eds.). *Sex education and counseling for mentally retarded handicapped people*. Kent: Costello, 198 cap 10.
- LIPP, M.N.(Org.). *Sexo para deficientes mentais: sexo e o excepcional dependente e não dependente*. São Paulo: Cortez, 1981.
- MATTINSON, J. *Marriage and mental handicap*. 2. Ed. London: The Taristock Institute of Human Relations, 1975.
- MERCER, J. R. *Labeling the mentally retarded*. Berkeley: University of California, 1973.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual*. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2000
- PINEL. A. C. A restauração da Vênus: dos mitos à realidade sexual da pessoa deficiente. In: RIBEIRO, M. (Org.) *Educação sexual; novas idéias, novas conquistas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1993.

